

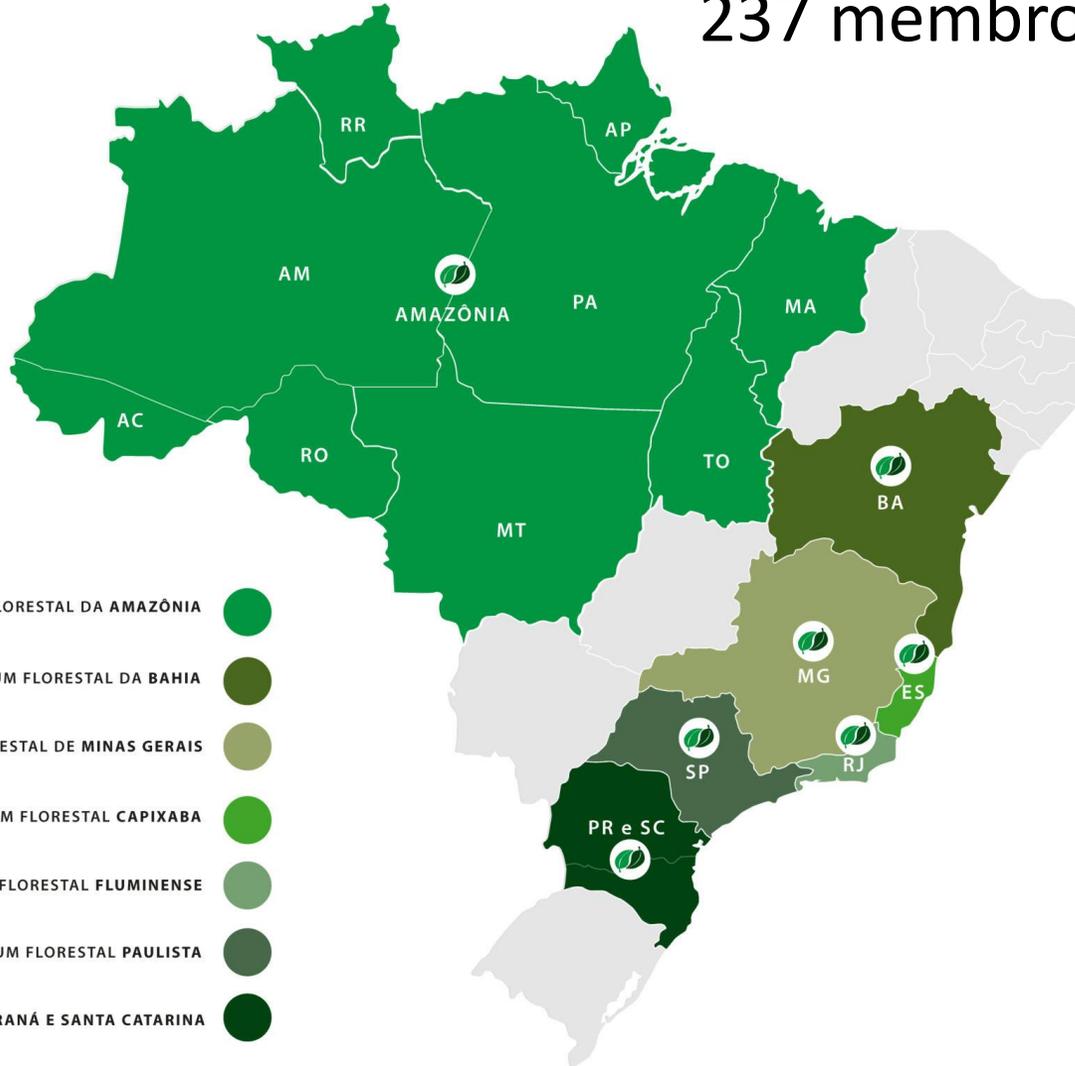


**DIÁLOGO
FLORESTAL**

Audiência Pública Implementação do Código Florestal, dificuldades e desafios

**Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
Brasília, 18 de junho de 2024**

237 membros



MISSÃO

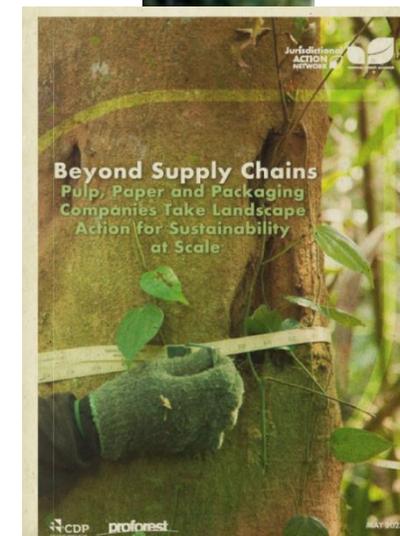
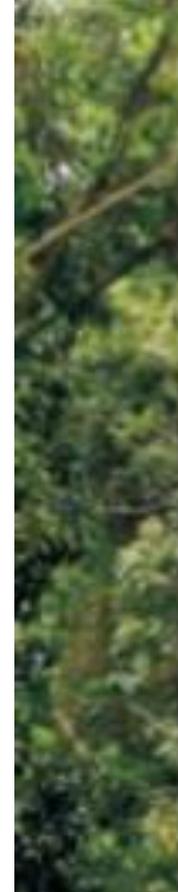
Promover o diálogo e a colaboração para construir soluções relacionadas ao uso e à conservação de paisagens sustentáveis.

TEMAS PRIORITÁRIOS

- **Código Florestal:** atuar junto a órgãos públicos para promover a implementação do Código Florestal.
- **Uso do Solo e Paisagens:** promover a mobilização rural facilitada para contribuir com o cumprimento das legislações de ordenamento territorial.
- **Serviços Ecossistêmicos:** influenciar para o alcance de uma remuneração mais justa para os provedores dos serviços ambientais.
- **Conservação:** contribuir para a adesão às ações de conservação definidas em instrumentos de planejamento de políticas públicas e privadas.

Implementação do CF

- Da efetiva implementação do Código Florestal dependem a sustentabilidade do agronegócio, a aceitação de seus produtos no exterior, a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos, tais como água, clima, solos e polinização.
- Setor de plantações de árvores do Brasil¹:
 - 10 milhões de hectares de plantações florestais
 - Áreas de conservação: 6,73 milhões de ha, incluindo 4,75 milhões de ha de Reserva Legal (RL) e 1,89 milhão de ha de Áreas de Preservação Permanente (APP)
 - O planejamento da paisagem foi reconhecido pela ONU no conjunto de medidas para a adaptação às mudanças climáticas (ONU, 2020).
- Manejo em nível de paisagem
 - Brasil é o país com o maior número de iniciativas com abordagem de paisagem no setor de PPP (celulose, papel e embalagem) do mundo



¹ Fonte: Ibá

PRA

O Artigo 59 do Código Florestal determina que todos os estados brasileiros estabeleçam Programas de Regularização Ambiental, conhecidos como PRAs, com vista à adequação dos imóveis rurais à Lei Federal de Proteção da Vegetação Nativa ('Código Florestal').

Os PRAs são constituídos por um conjunto de normas de caráter específico, legalmente estabelecidas e compatíveis com as normas de caráter geral definidas pelo Governo Federal. O PRA leva em conta as peculiaridades regionais, territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais de cada estado, sendo sua implementação uma responsabilidade dos governos estaduais.

Ao clicar sobre o estado, você terá acesso a todos os instrumentos legais que constituem o PRA do estado selecionado. A cor que aparece em cada estado ao passar o mouse sobre o mapa ao lado indica o grau de implementação atual do PRA, conforme a legenda abaixo. Ao clicar sobre o estado, você terá acesso a todos os instrumentos legais que constituem o PRA do estado selecionado.

- **VERDE:** PRA regulamentado, com validação e adesão de imóveis rurais em andamento.
- **AMARELO:** PRA regulamentado, porém ainda sem adesão de imóveis rurais.
- **VERMELHO:** PRA ainda não regulamentado.



PRA

webinar

UNIÃO

Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e PRADAs

12/12 14h30 - 16h30



webinar

MATO GROSSO

Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e PRADAs

02/08 14h30 - 16h30



webinar

TOCANTINS

Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e PRADAs

21/06 14h30 - 16h30



webinar

MARANHÃO

Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e PRADAs

17/05 14h30 - 16h30



webinar

SANTA CATARINA

Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e PRADAs

23/11 14h30 - 16h30



webinar

PARÁ

Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e PRADAs

26/04 14h30 - 16h30



webinar

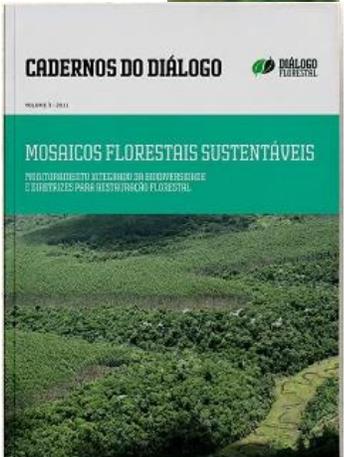
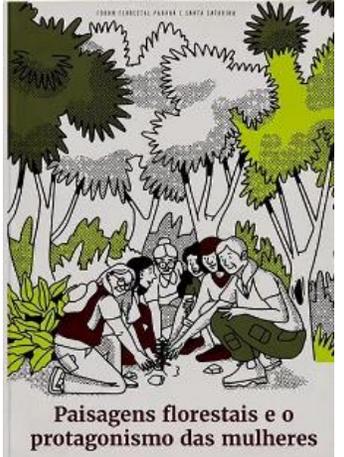
PERNAMBUCO

Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e PRADAs

14/12 14h - 16h

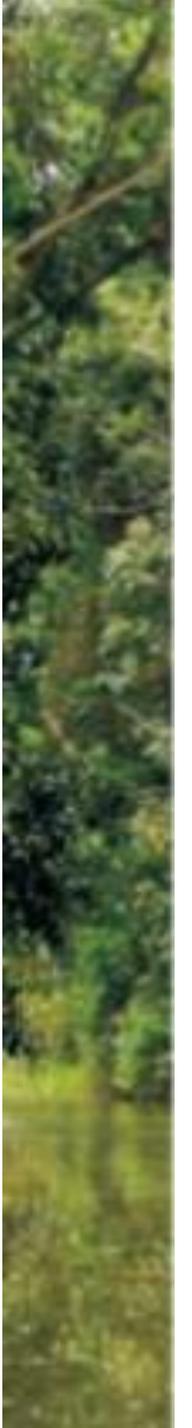


- Webinars realizados em 18 estados e 2 no contexto da União
- Lançamento publicação durante Conferência da SOBRE 2024



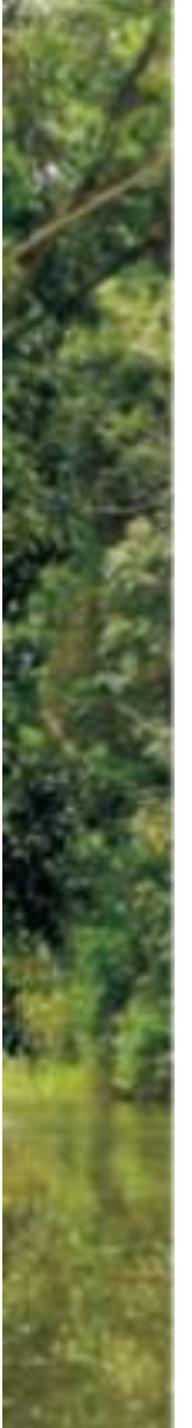
Principais desafios

- Impulsionar a restauração dos ecossistemas e alavancar o impacto da mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas, depende do avanço da:
 - Análise e validação do CAR;
 - Regulamentação e implementação do PRA nos Estados
 - Melhorar a remuneração pela provisão de serviços ecossistêmicos (PSA) para os provedores destes serviços
- Alguns os desafios relacionados ao PRA e PRADAs (webinars):
 - Falta de ferramentas de monitoramento para acompanhar a recuperação das áreas.
 - Diferenças de interpretação entre estados sobre a obediência ao Código Florestal ou à Lei da Mata Atlântica para fins de regularização ambiental.
 - Desafios na implementação do formato autodeclaratório do PRA em alguns estados, que trouxe dificuldades para o acompanhamento.
 - Necessidade de recursos



Oportunidades

- O foco atual deve ser na implementação do Código Florestal, não em alterações constantes sem amplo debate com sociedade, que levam à insegurança jurídica e possível abalo reputacional para o setor produtivo em seus mercados
- Regulamentar o PRA e implementá-lo nos Estados
- Planaveg e demais políticas e instrumentos que promovem a restauração
- Avançar na Política de PSA e mecanismo financeiros
- Adoção ampla do conceito de planejamento de paisagens



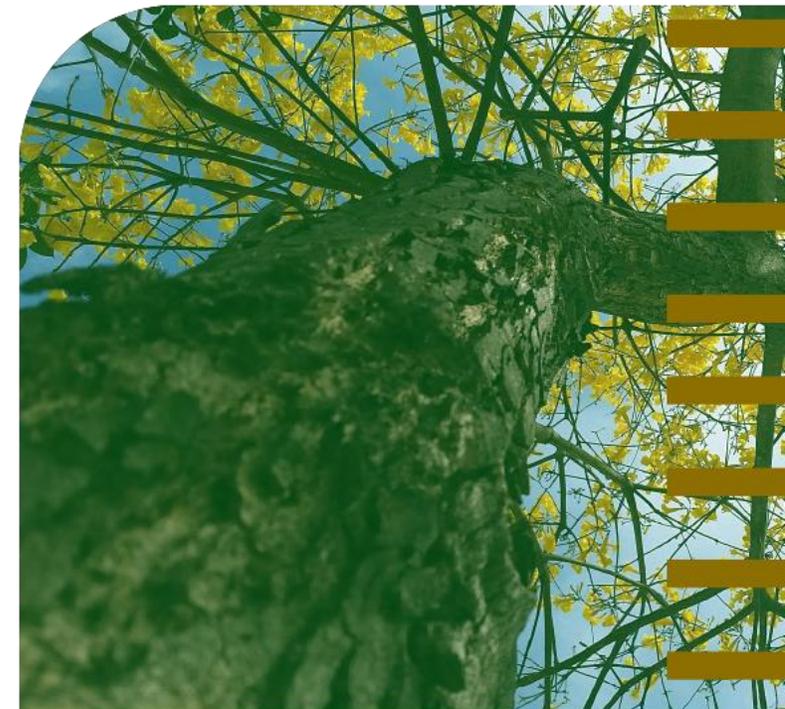
Apoio

VERACEL

SUZANO



cmppc.





Nós apoiamos a



DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA
**RESTAURAÇÃO
DE ECOSSISTEMAS**
2021-2030



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

